

Campanha salarial 2006/2007

Sinaenco provoca impasse e trabalhadores em consultoria reafirmam sua pauta de reivindicações



Como resultado do impasse provocado pelo Sinaenco nas negociações para renovação da convenção coletiva 2006/2007, a assembléia dos trabalhadores em consultoria do dia 18 de julho rejeitou a proposta patronal (5% de reajuste para salários e pisos, a exceção do piso do CREA; e manutenção das demais cláusulas convencionadas sem in-

clusão da assistência médica/hospitalar). Em seu lugar, reafirmou a seguinte pauta de reivindicações: reajuste de 6% nos salários e demais cláusulas econômicas, incluindo os pisos; tíquete refeição no valor de 10,00; plano de assistência médica. E que nos pisos não haja discrepância entre o piso dos desenhistas e o dos demais empregados.

página. 3

Lula e Alckmin disputam a implementação do mesmo projeto neoliberal

Iniciada oficialmente no último dia 6 de julho, a campanha dos candidatos para as eleições gerais deste ano — quando milhões de brasileiros escolherão seus representantes para as assembleias e governos estaduais, congresso nacional e presidência da república — está sendo apresentada pelos principais jornais burgueses do país como resumida à falsa polarização entre Lula (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB). Falsa porque, em essência, tanto os tucanos como o PT disputam na verdade para ver quem melhor implementa os programas neoliberais, marcados pelo arrocho

salarial sobre a classe trabalhadora, destruição dos serviços públicos, privilégios a fazendeiros, banqueiros e especuladores.

Para romper e desmascarar essa falsa dicotomia, apresentando uma real alternativa aos trabalhadores, é preciso um programa anti-capitalista e anti-imperialista, prevendo a taxaço das grandes fortunas, a ruptura com o FMI e o sistema financeiro, a realização de reforma agrária pra valer e a reconstrução dos serviços públicos no Brasil, entre outras bandeiras de fundamental importância para os trabalhadores e a população.

Acordos em separado fechados com 4 empresas

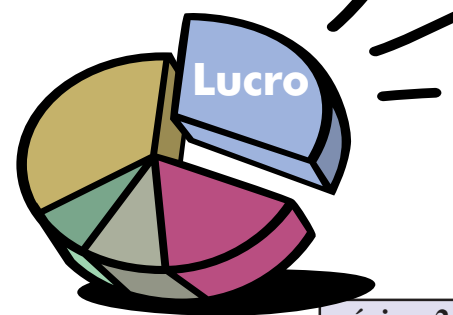
página. 2

Eleições devem ser acompanhadas de mudanças estruturais

página. 6

Engenharia consultiva segue expandindo-se e aumentando lucros

página. 2



Conlutas pede anulação da reforma da previdência

Com cerca de oito mil assinaturas, abaixo-assinado pede anulação da reforma da Previdência.

página. 5

Acordos Coletivos de Trabalho já abrangem trabalhadores de quatro empresas

O processo de negociação coletiva junto às empresas do setor, visando assinar Acordos Coletivos de Trabalho, neste ano, já abrange o conjunto de trabalhadores de quatro empresas, a saber: AC Engenharia Ltda, empresa que assina Acordos em Separado com o SINTCON desde 1998; SANETECH Serviços de Engenharia Ltda, empresa pequena, com menos de dez empregados, que assina Acordos em Separado com o SINTCON, desde 2000; SUBSEA 7 do Brasil S/A, empresa que pela especificidade dos serviços que presta assina Acordos em Separado com o SINTCON desde 1999; e Marte Engenharia Ltda, especificamente para o conjunto de trabalhadores lotados nas Usinas Nuclear em Angra dos Reis.

A grande vantagem para o conjunto dos trabalhadores agraciados por tais Acordos Coletivos de Trabalho é o fato de participarem de um processo de discussão mais amigável no qual os interesses de ambas as partes (empregado X patrão) são contemplados. O resultado desses processos é um conjunto de benefícios maior do que aqueles convencionados para o setor.

Na AC Engenharia, por exemplo, para o período maio 2006/abril 2007, o reajuste salarial e das demais cláusulas econômicas é de 6,5%; valor facial do ticket alimentação de R\$ 18,00 (praticamente o dobro do valor convencionado para o setor); jornada de 40 horas semanais; participação nos lucros e resultados; plano de assistência médica/hospitalar; pisos salariais mais vantajosos que os da Convenção Coletiva etc.

Na SANETECH, para o período maio 2006/abril 2007, o reajuste salarial e das demais cláusulas econômicas é de 7%; jornada de trabalho de 40 horas semanais; pisos salariais mais vantajosos que os da Convenção Coletiva.

Na Marte Engenharia, para o período maio 2006/abril 2007, o reajuste salarial e das demais cláusulas econômicas é de 7%; pisos salariais mais vantajosos que os da Convenção Coletiva; plano de assistência médico/hospitalar etc.



Curso de desenho de armadura para estrutura de concreto armado

Máximo de 20 alunos

Início : agosto /2006

Duração: 40 h – 10 semanas

Dias: quartas e sextas-feiras

Horário: 18:30 às 20:30 h

Local: SINTCON-RJ – Rua Álvaro Alvim, 37 sala 505, centro.

O objetivo do Curso de Desenho de Armadura para Concreto Armado é conceituar e treinar profissionais com conhecimentos básicos de desenho técnico e desenho de forma para construção civil, de como é feito o detalhamento de armaduras a ser utilizadas na execução das estruturas de concreto armado.



PROGRAMAÇÃO:

- *CONHECIMENTO BÁSICO dos MATERIAIS do CONCRETO ARMADO
- *Concreto
- *Aço Utilizado nas Armaduras
- PRIMEIRA FORMA de DETALHAMENTO da ARMADURA
- *Representação Gráfica das Barras
- *Abreviatura
- *Diâmetro Padronizado das Barras
- *Designação das Barras
- *Critério para Designação das Barras
- *Representação das Barras
- *Emendas
- *Tipos de Emendas
- *Dobramentos
- * ARMADURA das LAJES
- * ARMADURA das VIGAS
- * ARMADURA de PILARES (ou TIRANTES)
- * ARMADURA em TRECHO de ESTRUTURA com mais de um LANCE de CONCRETAGEM

- * LISTA de FERROS
- * PREENCHIMENTO da LISTA de FERROS
- * COBRIMENTO (Conceito da NBR-6118)
- *SEGUNDA FORMA de DETALHAMENTO da ARMADURA

Instrutor:
José Carlos da Rocha
– Eng^o Civil Estrutural



Os cursos serão gratuitos para os sócios do SINTCON-RJ

Valor para não sócios:
R\$ 300,00.



SINTCON
Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Est. do Rio de Janeiro

Jornal de responsabilidade da diretoria colegiada do Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Estado do Rio de Janeiro.

Rua Álvaro Alvim, 37 - sala 505 - Tel:(021) 2240-6328 e 2220-7914/Fax: 2262-5587

- e-mail: sintcon@brfree.com.br - Os artigos assinados não emitem necessariamente a opinião da diretoria do SINTCON.

Edição: André Luis Pelliccione (Mtb.19.301)

- Diagramação e editoração eletrônica: Carlos Soares (Mtb. 16.993)

Campanha salarial 2006/2007

Empresas de consultoria conduzem negociações da convenção para o impasse

Infelizmente, o processo de discussão para assinatura da Convenção Coletiva 2006/2007, após a quarta mesa de negociação entre Sintcon e Sinaenco, realizada no dia 6 de julho, caminhou para um impasse, com o empregado do setor, aqui no Rio, insistindo em desmerecer e desvalorizar os trabalhadores.

Como resultado, a assembléia dos trabalhadores em consultoria do dia 18 de julho rejeitou a proposta patronal (5% de reajuste para salários e pisos, a exceção do piso do CREA; e manutenção das demais cláusulas convencionadas sem inclusão da assistência médica/hospitalar). Ao mesmo tempo, a assembléia aprovou que o Sintcon reivindique das empresas a seguinte proposta: reajuste de 6% nos salários e demais cláusulas econômicas, incluindo os pisos; tíquete refeição no valor de 10,00; plano de assistência médica. E que nos pisos não haja discrepância entre o piso dos desenhistas e o dos demais empregados. O momento da campanha é decisivo e o fundamental é a categoria apoiar o Sindicato para pressionar as empresas a negociarem as reivindicações aprovadas.

Desde a primeira negociação, em 16 de maio, os representantes do patronato afirmaram que a pauta dos trabalhadores em consultoria 'seria rejeitada' pela assembléia patronal, que já havia sinalizado com insignificantes 3,34% de reajuste salarial e das demais cláusulas econômicas (o acumulado do INPC do período).

A Campanha Salarial teve início em 18 de abril, quando foi realizada a primeira assembléia geral dos trabalhadores. Na oportunidade estabeleceu-se uma discussão tendo por base a realidade da engenharia consultiva no Rio de Janeiro, o quadro interno das empresas (sua carteira de serviços) e as perspectivas de serviços no setor. A



pauta de reivindicações representou o resultado dessa discussão.

Assim, o pleito nas cláusulas econômicas – reajuste salarial (12%); pisos (o mesmo índice de reajuste do salário mínimo); auxílio alimentação de R\$ 10,50; jornada de 40 horas semanais nos escritórios das empresas; valor facial do ticket alimentação de R\$10,00 etc – bem como nas cláusulas sociais – assistência médica/hospitalar custeada total ou parcialmente para todos os empregados, com extensão aos seus dependentes diretos – refletiu o teor da discussão na assembléia geral de 18 de abril.

Em 23 de maio, os trabalhadores realizaram a segunda assembléia geral, discutindo os rumos da campanha salarial frente ao resultado da primeira negociação. Após um debate consistente, deliberaram a seguinte alteração na pauta

de reivindicações: reajuste salarial de 6,5% e nas demais cláusulas econômicas; pisos (a exceção do piso do CREA, reajuste de 10%); inclusão de mais um piso (objetivando os profissionais que necessitam de um mínimo de conhecimento técnico para o exercício de sua função); valor facial do ticket alimentação de R\$10,00; e assistência médica/hospitalar.

Na segunda rodada de negociação, em 24 de maio, mais uma vez os representantes do patronato, muito embora afirmando terem obtido um avanço na proposição da Assembléia Patronal, sinalizaram com uma proposta irrisória: reajuste salarial e das demais cláusulas econômicas com um índice de 4,5%, o que contrastava com as negociações desenvolvidas em outros estados como São Paulo e Paraná, em que os empregados apontavam índice de 6%.

No dia 8 de julho, realizou-se a terceira rodada de negociações. Os representantes patronais apresentaram então uma proposta de 5% de reajuste para salários e pisos, a exceção do piso do CREA; e manutenção das demais cláusulas convencionadas sem inclusão da assistência médica/hospitalar.

Após a “formalização” da proposta patronal, foi realizada nova assembléia em 12 de junho, que deu poderes para o Sintcon assinar a Convenção Coletiva nas seguintes bases: reajuste salarial, bem como das demais cláusulas econômicas, com índices entre 6% e 6,5%; valor facial do ticket alimentação de R\$10,00; assistência médico/hospitalar (custeada, total ou parcialmente, para todos os empregados e seus dependentes diretos) obrigatória para empresas com mais de 20 empregados.

Aumento da participação é desafio central para sindicalismo brasileiro



Em meados da década de 70, ainda na madrugada da longa noite que foi a ditadura militar,

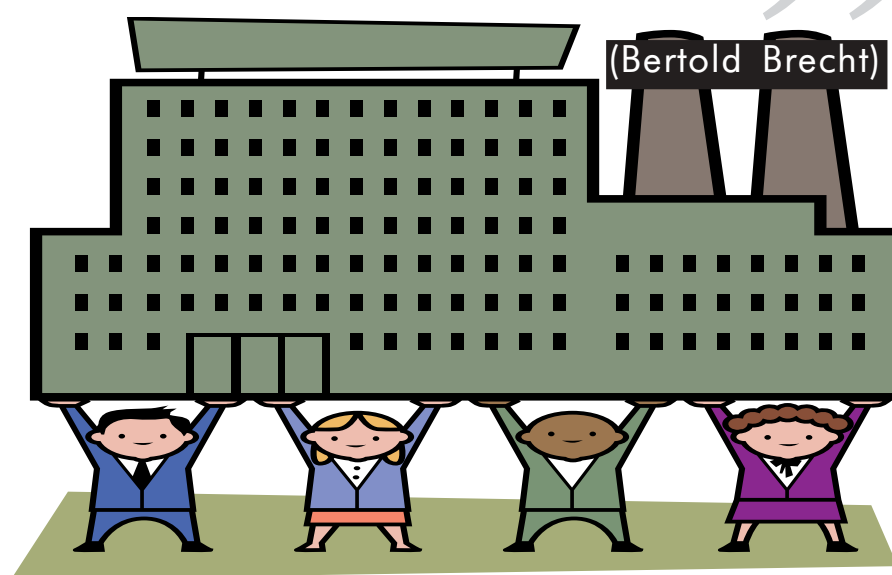
surgia uma novidade. Os metalúrgicos do ABC (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema), em São Paulo, iniciavam um movimento que contrariava a ordem então estabelecida. Enfrentando a ditadura e os patrões com greves históricas, eles reivindicavam reajustes salariais buscando a recuperação do poder aquisitivo corroído pela inflação e pelo grande arrocho salarial que a ditadura impôs aos trabalhadores.

Aquele movimento reanimou a classe trabalhadora, mas a retomada das lutas esbarrava na estrutura sindical então vigente. A grande maioria dos sindicatos tinha em suas direções os chamados pelegos (que têm este nome por se colocarem entre os trabalhadores e os patrões, como o pano que se coloca no cavalo) que ocuparam aquelas posições por intervenção da ditadura (os sindicatos mais atuantes no período pré 64 sofreram intervenção) ou por meio de eleições fraudadas ou viciadas pela pequena participação dos trabalhadores que vinham de um período de mordança e medo de participarem em seus sindicatos.

O recolhimento do imposto sindical e a contribuição assistencial nas datas-base das categorias, quando o sindicato entrava com o dissídio e esperava o julgamento pelos tribunais do trabalho sem nenhuma mobilização dos trabalhadores, sustentavam toda a estrutura sindical. Sindicatos, Federações e Confederações com direções acomoda-

Enfrentando a ditadura e os patrões com greves históricas, eles reivindicavam reajustes salariais

“ Vocês, que vão emergir das ondas
Em que nós perecemos, pensem,
Quando falarem das nossas fraquezas,
Nos tempos sombrios
De que vocês tiveram a sorte de escapar.”



das, quando não vendidas, sem nenhum interesse em mobilizar os trabalhadores e sem articulação entre as diversas categorias. Uma grande estrutura que só servia para os trabalhadores por oferecer o dentista e a colônia de férias, quando ofereciam, e para fazer homologações das rescisões dos demitidos, mas a força daquele movimento gerou uma grande alteração.

No final dos anos 70, o ENTOES (Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição a Estrutura Sindical), organizado por centenas de trabalhadores que atuavam nas pastorais operárias, nas comunidades eclesiais de base ou nas organizações partidárias de esquerda, travou a discussão que mudou o rumo da história do sindicalismo no Brasil. Atuar em paralelo àquela estrutura, mobilizando os

trabalhadores para as lutas sem os sindicatos ou ocupar os sindicatos e enfrentar os pelegos. Processo que culminou com a fundação da CUT, no início dos anos 80.

Surgia o novo sindicalismo. Combativo, democrático e com grande capacidade de mobilização.

Desta forma o movimento ajudou a derrotar a ditadura e a organizar um partido político, o PT. Muitos dos direitos hoje consagrados nas convenções coletivas de trabalho foram ampliados neste período. A garantia de reposição das perdas inflacionárias, o aumento dos direitos da mulher e do aposentado, a melhoria das condições gerais de trabalho para a diminuição de acidentes e de doenças do traba-

lho, o início da organização no local de trabalho, em suma, os sindicatos ampliavam os seus quadros de associados e voltavam a ter um papel fundamental na sociedade com a presença da classe trabalhadora na definição dos rumos do país.

No início dos anos 90, junto com o vendaval que varreu o mundo com o desmantelamento dos países do Leste Europeu e da Ásia que buscavam afirmar o sonho socialista e junto com o surgimento das novas tecnologias, o Brasil inicia um novo ciclo de recessão com o avanço das políticas neoliberais. Corte de investimentos públicos, desemprego em massa, aumento da informalidade, alteração nas formas de organização da produção com o surgimento da terceirização e das inúmeras formas que os empresários encontravam para fraudar a legislação trabalhista. O movimento sindical entra em um período de declínio de sua capacidade de mobilização, que perdura até hoje.

A nossa tarefa agora é encontrar um novo caminho para este momento. Tanto naquele período quanto agora os sindicatos sempre tiveram um grande problema: a pequena representatividade. O número de trabalhadores que participam efetivamente da vida sindical, sendo sócios, votando nas assembleias, nas eleições de suas diretorias ou na definição da aplicação das verbas do sindicato é muito pequeno comparado a outros países e ao tamanho da classe trabalhadora brasileira. Deixamos o poder de decisão nas mãos de poucos.

O grande desafio que temos é ampliar esta participação. Os sindicatos se tornam fortes, o país avança, as conquistas surgem, as condições de vida melhoram e o sonho de um mundo mais justo, igualitário e fraterno se apresenta mais real quando amplia o grau de participação do povo nas decisões políticas, seja nos sindicatos, nas associações de moradores ou nos destinos do país.

Conlutas leva abaixo-assinado ao Ministério Público pela anulação da reforma da previdência

Dirigentes da Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) e de sindicatos entregaram à Procuradoria Geral da República, em Brasília, o primeiro lote do abaixo-assinado da campanha pela anulação da reforma da Previdência. Com cerca de oito mil assinaturas, o documento foi protocolado 71 dias após o procurador-geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva e Souza, apresentar relatório de 162 páginas no qual denuncia 40 políticos, entre parlamentares e ex-integrantes do que já foi chamado de “núcleo duro” do governo Lula, de montar a “quadrilha” do ‘mensalão’.

O pedido para que o Ministério Público suspenda os efeitos da reforma foi referendado durante o I Congresso Nacional de Trabalhadores, Conat, realizado em maio deste ano, em Sumaré – SP, e que teve a participação de centenas de entidades de todo o Brasil. A Conlutas também prepara campanha contra todos os projetos governamentais e/ou empresariais que proponham a redução de direitos dos trabalhadores e da população, como o chamado “super-simples”, a revisão constitucional e a desvinculação dos hospitais universitários das universidades.



I Conat referendou Conlutas como entidade de trabalhadores formais, informais, movimentos sociais e estudantis

Realizado em Sumaré, São Paulo, de 5 a 7 de maio deste ano, o I Conat (Congresso Nacional dos Trabalhadores) referendou a criação da Conlutas como entidade nacional que reúne, organiza e representa trabalhadores formais, informais, desempregados, movimentos sociais e estudantis em luta contra o neoliberalismo. A votação final do Congresso, criando formalmente a Conlutas, foi realizada em meio a uma explosão de alegria, lágrimas e muita emoção que contagiou os 2.700 delegados presentes, representando quase 1,8 milhão de trabalhadores. Houve chuva de papéis picados e uma enorme bandeira vermelha da Conlutas foi aberta no plenário pelos participantes.

Explosão de alegria, lágrimas e muita emoção que contagiou os 2.700 delegados

Entre delegados, observadores, convidados e pessoal de apoio, estiveram no Conat um total de 3.550 pessoas. O número superou as expectativas dos organizadores. A Conlutas é dirigida por uma coordenação de entidades, formato mais adequado ao seu processo de construção, que é aberto e democrático, com intensa participação das categorias de trabalhadores pela base.

Eleições podem virar engodo se não forem acompanhadas de mudanças estruturais

O sistema político eleitoral brasileiro impõe à população o grande dilema de, a cada dois anos consecutivos, ter que exercitar suas vísceras a fim de eleger vereadores e prefeitos, e/ou deputados, senadores, governadores e presidente da República. Trata-se, portanto, de uma obrigatoriedade em nome da “democracia”.

Num país de enormes desigualdades, econômicas/sociais/étnicas/culturais etc, em que as camadas mais pobres, a maioria da sociedade, sofrem com uma gama de carências, exigir que esses pseudo-cidadãos utilizem o voto como arma para um processo de transformação social é uma falácia.

Cumpra aos movimentos sociais organizados, no campo e nas

destinidades, a tarefa hercúlea de desmistificar o poder da mídia frente a uma população semi-analfabeta, cujas carências estruturais as conduz, naturalmente, para crença nas políticas que “resolvem” os seus problemas imediatos – fome, sede, trabalho etc.

Cumpra aos movimentos sociais resgatar a discussão sobre a construção



Foto:Ricardo Stuckert

A luta pelo planalto nas eleições desse ano pode frustrar o eleitor se não for acompanhada de mudanças estruturais

de um projeto para o Brasil, projeto fundamental para a mediação do campo político, de modo a inverter a “ordem” de uma sociedade regida pelo mercado, e construir um projeto de sociedade onde o povo seja sujeito político da sua história. Num projeto em que as populações apropriem-se do seu destino e tornem-se atores políticos, assumindo bandeiras sociais e políticas.

Por outro lado, a classe dominante no Brasil vem, nos últimos 12 anos, tentando impor para à sociedade um modelo político semelhante ao norte-americano, isto é, um modelo impositivo que determina *a priori* que somente dois partidos políticos podem

disputar a presidência da República. Lá na “matriz” os partidos – Republicano e Democrata. Aqui, pretendem transformar em “filiais” o PT e PSDB.

Da mesma forma que nos EUA, aqui ambos os partidos defendem o mesmo modelo econômico. A diferença é que Lula significa o FMI, com a bolsa escola, com um tom populista, enquanto que Alckmin/Serra significa o FMI, com a bolsa família, a TFP e a UDR. Em ambos os casos não há a mínima hipótese de mudanças qualitativas na vida do cidadão brasileiro. Ou seja, não se trata de uma disputa para governar o país com perspectiva de transformação social, e sim uma disputa para gerenciar o modelo econômico.

Toda expectativa, toda esperança depositada no governo Lula nas eleições passadas escoaram pelo ralo. O governo Lula não ofereceu sequer uma úni-

ca alternativa contra o pragmatismo dominante, perpetuando o receituário neoliberal de superávit primário, ajuste fiscal, defesa dos bancos e finanças globais, incentivo aos capitais voláteis). Um governo que, inicialmente, conseguiu algemar o conjunto de forças de esquerda personificadas nos movimentos sociais, que ainda demorarão algum tempo para recuperar seu fôlego, embora seu processo de reorganização já tenha se iniciado no país.

O PT transfigurou-se completamente, convertendo-se em pouco tempo no mais bem sucedido partido da ordem, tendo sucumbido à corrupção política com uma voracidade que deixou

estonteada a velha oligarquia que ainda permanece aparelhada nos corredores políticos e burocráticos do governo. Tem hoje, como aliados diretos, aqueles que durante décadas foram – e ainda são – agentes da corrupção (privada e pública) mais escandalosa do país: Sarney, Quéricia, Marcos Maciel, Delfim Netto, Newton Cardoso e outros.

Como dizia o professor Milton Santos, “...não há futuro benéfico para uma sociedade que troca os bens infinitos pelos finitos.” O dinheiro no mundo globalizado tornou-se mais

do que símbolo do valor da mercadoria, ou mediador das relações de troca. Impregnado do fetiche, como observou Marx, é o novo ídolo venerado, solenemente guardado no sacrário do

sistema financeiro e em honra do qual são sacrificados valores como a ética, o respeito às leis, e até as vidas humanas. Quem o possui sente-se introduzido no paraíso terrestre. A mídia exalta quem é bafejado pela fortuna. E exclui, abomina, a turma anônima condenada à pobreza.

Foto:Ricardo Stuckert



Lula quer se reeleger para continuar o projeto neoliberal

Foto:Valter Campanato/Abr



Aécio Neves é opção dos Tucanos para 2010

Gilberto Alcântara

- Diretor do SintcoNotícias

Engenharia Consultiva é segmento econômico em expansão no país

Número de projetos (e lucro) das empresas crescem a cada dia

O reaquecimento, nos últimos anos, do setor de engenharia consultiva no Brasil é patente. Cresce, a cada dia, o número de projetos de infra-estrutura no país, que exigem das empresas do setor uma adequação às novas demandas. São projetos na área de geração de energia, principalmente no segmento petróleo/gás, energia elétrica, construção naval, siderurgia, rodovias e portos.

Fato comum, hoje, no interior das empresas do setor é a contratação quase que constante de trabalhadores. Muito embora, uma parcela considerável, pela fórmula da informalidade (pessoa jurídica/cooperativa). Contudo, se compararmos com o quadro da década de noventa, vêm crescendo de forma significativa, no conjunto das empresas, o número de profissionais com vínculo empregatício.

Aqui no Estado do Rio de Janeiro, bem como na região sudeste, se concentra grande parte desses projetos. Privilegiado pelo pólo petroquímico da baía de Campos, que conduziu o país à auto-suficiência na produção de petróleo, o Rio de Janeiro e a região sudeste contemplam, atualmente, os seguintes empreendimentos:

Petróleo/gás – construção da plataforma semi-submersível P-55, que irá operar no módulo 3 do campo de Roncador, no escopo do projeto está incluído o transporte da plataforma para sua locação final em Roncador, sem os serviços de ancoragem e interligação de poços. Os serviços deverão ser iniciados em janeiro de 2007 e têm conclusão estimada para dezembro de 2009;

Modernização da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) que contempla as seguintes obras: instalação de uma Unidade de Coqueamento Retardado – apenas nesse projeto, serão utilizados, entre outras, 7.450 toneladas de tubula-



Projetos de consultoria garantem muitos lucros as empresas do setor

ções, 5.000 toneladas de estruturas metálicas; uma Unidade de Hidro-tratamento (HDT) de nafta de coque; uma Unidade de Hidrosulfurização (HDS); e a modernização e ampliação da Unidade de Craqueamento Catalítico Fluidizado (FCC). Obras em andamento, com previsão de término em 2008;

No Espírito Santo, fase 2 do Projeto Jubarte, construção de uma plataforma do tipo FPSO, que é a P-57, um gasoduto de 12" e uma unidade de tratamento de gás. A região norte desse Estado, concentra quatro importantes empreendimentos para a Petrobras a estação de Fazenda Alegre, o Terminal Norte Capixaba, a plataforma de Peroá, e a Unidade de Tratamento de Gás (UTG) de Cacimbas. Os trabalhos têm começo determinado para maio de 2007 terminando em julho de 2010;

Em Santos, construção de uma plataforma do tipo fixa – PMXL-1 – que será instalada em lâmina d'água de

172m, dimensionada para receber e tratar até 15 milhões de m³/dia de gás e 3.200 m³/dia de condensado leve no

campo de Mexilhões e áreas adjacentes. A execução será contratada em regime de Engineering Procurement and Construction (EPC), cujo escopo compreenderá o projeto executivo do topside, construção e montagem deste e da jaqueta. As obras estão

marcadas para começarem em janeiro de 2007 e serem concluídas em abril de 2009;

Siderurgia – plano de expansão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) – instalação de uma Usina pelo-tizadora de minério de ferro em Congonhas, Estado de Minas Gerais. Ampliação da mina Casa de Pedra e do terminal portuário de Sepetiba, nos Estado do Rio de Janeiro. Obras em fase de contratação;

Energia Elétrica – construção dos Aproveitamentos Hidrelétricos, Bonfante e Monte Serrat, no rio Preto, na fronteira dos Estados de Minas Gerais (município de Simão Pereira) e Rio de Janeiro (municípios de Comendador Levy Gasparian e Três Rios), projeto executivo, obra em andamento; construção da Usina Hidrelétrica de Simplício, no rio Paraíba do Sul, fronteira dos Estados de Minas Gerais (municípios de Volta Grande e Além Paraíba) e Rio de Janeiro (municípios de Carmo e Sapucaia), projeto básico e executivo, projeto básico em andamento.

Afora estes empreendimentos descritos, o Estado do Rio de Janeiro será contemplado com dois mega projetos: o Pólo Petroquímico de Itaboraí; e a Usina Nuclear Angra III. Certamente, o seguimento de engenharia consultiva terá, pelos próximos 5 anos, um amplo e consistente mercado de serviços.

“O reaquecimento nos últimos anos na engenharia consultiva é patente”

“No Estado do Rio de Janeiro se concentra grande parte desses projetos”

“Afora esses empreendimentos, o Rio será contemplado com megaprojetos”

Trabalhadores da engenharia consultiva são o maior patrimônio do setor

A engenharia consultiva no Brasil é um segmento econômico que deu início a suas atividades em fins da década de 50 e início dos anos 60. Antes ela integrava o segmento da construção civil, como um departamento de planejamento e projetos das grandes construtoras. Nesta época, empresas de engenharia, estrangeiras, chegaram ao país, contribuindo de forma significativa para a constituição e consolidação desse novo segmento econômico. Essas empresas foram importantíssimas na formação tecnológica dos profissionais da engenharia consultiva. Assim, a qualidade dos serviços passou a ser a marca do setor.

Durante os anos 70, na época do chamado 'milagre econômico', a engenharia consultiva se consolidou. Inúmeras empresas cresceram projetando as grandes obras da época (hidrelétricas, ferrovias, rodovias, portos). Nessa época os empresários do setor foram mal acostumados, principalmente por governantes e grandes empreiteiros, que viam na engenharia consultiva um meio para viabilizar obras faraônicas, a custo do erário público. Em contrapartida, além de se locupletarem, alguns desses empresários viam no superfaturamento de tais empreitadas a recompensa para sua iniciativa.

Assim, alguns empresários desse segmento econômico deixaram de assumir aquilo que é o be-a-bá de qualquer iniciativa no capitalismo, o risco do empreendimento. Desde a sua constituição, somente uma parcela desse empresariado entendeu, de fato, que o maior patrimônio deste segmento econômico não é o conjunto de bens móveis e imóveis que possuem, e sim o conjunto de profissionais de cada empresa, seu cabedal técnico. Mesmo assim, são raros aqueles que, ao longo do tempo, procuraram preservar e aprimorar seu patrimônio.

No início dos anos noventa, com o aumento da informatização do setor, ficou patente que a grande maioria do empresariado somente se preocupava em capacitar seus profissionais, quando tal capacitação fosse parte integrante do contrato de prestação de serviços, isto é, quando o cliente bancasse tal aprimoramento. O pior é que, nesses anos de economia recessiva, o empresariado resolveu terceirizar/quarteirizar seu patrimônio. O final da

década de oitenta e os anos noventa representaram um verdadeiro caos para o setor, com a falência e o desaparecimento de inúmeras empresas.

Nesses anos, dois fatos importantes marcaram a engenharia consultiva: o primeiro deles foi a promulgação da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que instituiu normas para licitações e contratos de administração pública. Tal instrumento normativo pôs fim aos chamados contratos Homem/Hora, que tantas "benesses" proporcionou ao empresariado do setor (quanto mais remunerava sua mão-de-obra, mais faturava), substituindo-os pelos de Preço Fixo e de Menor Preço.

O segundo foi a informatização do setor, que, em conformidade com o primeiro (Lei 8.666), trouxe o caos para o interior das empresas, promovendo uma contra-revolução. A partir de então, não mais existiram empresas com milhares de empregados. Uma série de profissionais, muitos de alto gabarito, foram alijados do setor. A opção de substituir as pranchetas pelo computa-

dor deu-se não só pela necessidade da modernização, mas pelo imperativo sentimento de eliminar os custos. Na realidade buscou-se a quantidade a despeito da qualidade. Assim, uma das marcas desse período foi a queda da qualidade dos serviços das empresas de engenharia consultiva.

Com a retomada do processo de crescimento da economia brasileira — ainda que de forma tímida e capitaneada, principalmente, pela geração de energia gás/petróleo — houve crescimento na demanda por serviços do setor de engenharia consultiva e, conseqüentemente, aumento na oferta de emprego nas empresas.

O mercado se reaquece diante de uma nova realidade — um exército industrial de reserva (capital humano fora do mercado de trabalho), com pouca experiência e/ou experiente, porém sem conhecimentos das novas tecnologias. O mais sintomático é que hoje, diferente de dez/quinze anos atrás, a concorrência é maior e autofágica. Atualmente é mais fácil uma empresa sucumbir do que no passado. Portanto, o ônus de não capacitar o seu maior patrimônio (mão-de-obra) certamente poderá gerar uma nova conformação no segmento de engenharia consultiva.

Empresas, no entanto, nunca reconheceram essa realidade. Preocupação sempre foi a 'redução de custos'

Plantão do Jurídico SINTCON-RJ

Advogado Celso Gomes
Terça-feira e Quinta-feira
das 14:00 às 16:00 horas

Advogado Ricardo William
Segunda-feira e Quarta-feira
das 14:00 às 16:00 horas

Informações sobre processos:

- 1) Ajuizados até DEZ/94
- 2) Ajuizados entre JAN/95 e DEZ/99

3) Ajuizados a partir de JAN/2000
De segunda a quinta-feira,
das 14 às 16 horas.
Tel.: (0xx21) 2240-6328 e 2220-7914
Fax (0xx21) 2262-5587

4) Ajuizados em
Volta Redonda
De segunda a sexta-feira,
das 8 às 12 horas
(Após a solicitação, aguardar pequeno
prazo para
as informações).
Tel.: (0xx24) 2342-1609

Horário de Homologações:
Rio de Janeiro:
**De segunda a sexta-feira,
de 13:30 às 15:30
(marcar horário por telefone)**
Volta Redonda:
**De segunda a sexta-feira,
de 08:00 às 10:30
(marcar horário por telefone)**



Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Estado do Rio de Janeiro - SINTCON - RJ

- Sede: Rua Álvaro Alvim, 37 - sala 505
- Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20031-010.
e-mail: sintcon@brfree.com.br

Sub-sede: Largo nove de abril, nº 26 - sala 701 - Vila Santa Cecília
- Volta Redonda - Rio de Janeiro - CEP: 27.260-830.